

## CARTA DE REIVINDICAÇÕES

*Ao futuro do Rio Doce*

Nós, atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão - pertencente às mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton - estamos em Londres e no Brasil à espera e em busca da efetivação de uma reparação integral a todas as vítimas deste desastre - o maior do mundo no campo da mineração. Somos milhares e estamos aqui porque ainda temos esperança de que a regeneração da natureza e a retomada de nossas vidas é possível. Acreditamos que o sofrimento da natureza, nosso sofrimento, não pode e não será em vão. Se existe uma fresta por onde ainda possamos mirar um futuro justo, é por ela que vamos olhar; é por ela que vamos, um a um, atravessar.

Nossa reivindicação é que o trabalho de toda essa gente que está trabalhando no caso do Rio Doce consiga se articular para viabilizar uma gestão eficiente da reparação demandada pelo desastre, segundo as diretrizes internacionais para casos análogos. Exigimos a participação ativa neste processo, sobretudo nas decisões que implicam diretamente em nossas vidas. Somos donos de nossas histórias e não vamos permitir que nosso futuro seja negociado ou construído por pessoas que sequer sabem como vivíamos e o que perdemos.

Nossa reivindicação é que o Rio Doce seja discutido em vistas de um presente-futuro onde água e terra boa valerão muito mais que esses números que eles estão colocando aí. A bacia hidrográfica atingida, uma das mais importantes do Brasil, é terra com água - o que vale muito mais do que a Vale. Infelizmente, vivemos num país de instituições colonizadas, um estado cada vez mais controlado por forças privatizantes, adeptas de um neoliberalismo predatório que transforma a consciência ambiental em discurso corporativo [e é revoltante ver como a Fundação atualiza, perversamente, essa apropriação]. Que não sejam medidos esforços e que todos os recursos necessários sejam alocados para a efetiva regeneração de todo território atingido.

Nossa reivindicação é que as empresas sejam tratadas como réis e nós como vítimas - e não ambas como partes de um processo de negociação ou uma mesa de diálogo. No Brasil, sobrecarregamos todo sistema público para tentar dar conta de uma demanda absurda causada pelo crime das mineradoras. Nosso país é responsável pela atuação irresponsável das empresas, mas é também vítima delas. É importante que seja entendido que o maior desastre socioambiental do Brasil foi um crime – tipificado e com processo penal em curso. Não foi acidente!

Nossa reivindicação é pela garantia de medidas de não repetição de crimes como este.

Precisamos construir, a nível mundial, parâmetros não apenas pela responsabilização deste caso em curso, mas balizas que orientem a ação de corporações extrativistas globais. É de um território-mundo que falamos. Requeremos uma legislação ambiental eficiente, fiscalizada e a proibição de financiamentos de campanhas políticas por mineradoras e indústrias extrativistas. Em Minas Gerais (onde se encontra o maior número de barragens do Brasil), requeremos a aprovação da proposta inicial do projeto de iniciativa popular “Mar de Lama Nunca Mais” - infelizmente, completamente deturpado em sua tramitação nas casas legislativa e executiva do estado.

Nossa reivindicação é pelo justo e célere encaminhamento do processo penal envolvendo os responsáveis pelas mineradoras. Que se faça justiça e que as pessoas respondam por seus atos dolosos. Ninguém efetivamente pagará a vida daqueles que se foram ou a extensão do ecocídio promovido pelos rejeitos - mas, em respeito às vítimas, aos bens patrimoniais e naturais violados, reivindicamos “impunidade não!” como garantia de justiça às vítimas.

Nossa reivindicação é pela paz nos territórios e pela condução de um processo de reparação transparente, dialógico, aberto à participação e respeitoso em relação às decisões tomadas pelas comunidades atingidas. Não dá para continuarmos discutindo a reparação da forma que está. Hoje, nós, atingidos, vivemos um dia a dia de guerra com os “peixes pequenos”, enquanto os graúdos, que são os que mandam, estão decidindo nossa vida no ar condicionado. E olha, essa situação está adoecendo não só a gente, mas os peixes pequenos também.

Nossa reivindicação é pela mudança de postura da Fundação Renova. Que os atingidos cheguem, com qualidade de representação, aos espaços de decisão: CIF e Conselho Curador da Fundação Renova, de acordo com os termos acordados no TAC GOV.

Precisamos entender, de vez, que a Fundação Renova não está gerindo dinheiro das empresas, mas nosso! O dinheiro da reparação não é benefício, benevolência, caridade – é multa, é pena, é responsabilidade legal, ela tem que pagar.

Nossa reivindicação é pela urgente revisão da política de comunicação da Renova. Exigimos, em primeiro lugar, uma mudança de seu vocabulário (não somos “impactados”, somos atingidos!; o desastre não foi “acidente”; medidas de mitigação dos danos não são “benefícios”).

Além disso, lembramos que, de acordo com o estatuto da Fundação, a entidade deve se pautar por preceitos éticos de comunicação. Pois bem, consideramos que o modo atual da Renova de se comunicar, como se fosse uma empresa com responsabilidade social, ultrapassou, há muito, esse limite ético. Estamos em estado de sofrimento, grande parte dele causado justamente pelos erros da Fundação, pela insuficiência de seu trabalho em

relação às nossas demandas e por seu compromisso com as mineradoras. Não podemos suportar essas ações de propaganda, cujo objetivo é sanear a imagem das empresas e capitalizar, simbolicamente, a partir da construção de uma reputação mentirosa à Fundação.

Nossa reivindicação é que, com a suada - e ainda não efetivada - conquista do direito pelas assessorias técnicas em toda a Bacia, todas as indenizações já negociadas possam ser discutidas, se assim for necessário. Afinal, só agora nossa assistência jurídica está chegando. Fomos submetidos ao desespero das perdas geradas pelo crime, o que fez, muitos de nós, acordar indenização com o primeiro que chegou. Os valores já recebidos são pequenos - mas era o que tinha. Agora, precisamos de advogados comprometidos, de confiança, trabalhando de forma articulada com as instituições que já atuam no caso, para gente garantir os devidos direitos para seus justos detentores.

Nossa reivindicação é pelo direito às nossas terras, mesmo destruídas. Nossas propriedades não estão à venda e o desastre não pode dar às empresas qualquer direito sobre as regiões atingidas.

Nossa reivindicação é que essas pessoas que vão dizer o quanto vale o que perdemos conheçam o que a gente perdeu. Importante e lógico né? Pisar no território, conversar com a gente, ouvir e ver nossa memória, entender nossa gente. Em Mariana, com muita luta, estamos fazendo um registro bonito do quanto vale a vida da gente [o Cadastro, conduzido pela Assessoria Técnica da Cáritas]. Este levantamento deve ser referência para a Bacia, que, a partir das metodologias desenvolvidas nos territórios, poderá transformar um trabalho difícil (a sistematização das perdas e danos das vítimas para fins indenizatórios) em um exercício necessário de construção de memória, de valorização cultural e resgate de ancestralidade. Esse trabalho regenera o rio, regenera a gente, nos dá futuro.

Por isso, nossa principal reivindicação é pela nossa saúde . Essa é única fresta por onde podemos olhar: a que nos traz a cura.

Precisamos de informações sobre os estudos de contaminação ambiental e riscos à saúde humana. Precisamos de informações claras para as populações atingidas [a quais riscos estão submetidas em diferentes regiões do território atingido, quais exames precisam fazer, como fazê-los gratuitamente, se podem pescar e plantar, se os animais podem beber a água do rio, se elas mesmas podem beber essa água...]. Trata-se de um direito à informação que deve ser articulado à rede pública de saúde, sendo esta devidamente suplementada para arcar com o ônus gerado pelo desastre na estrutura de funcionamento das unidades de saúde e nos profissionais envolvidos.

Estamos aqui porque requeremos a regeneração do Rio Doce, não só como atingidos em

luta pela garantia de nossos direitos, mas como cidadãos do mundo, que dizem: a partir desse desastre podemos pensar parâmetros para construção de um futuro arquitetado mundialmente, assentado nos princípios do desenvolvimento sustentável e socialmente engajado, garantidor da universalidade dos direitos humanos. Que o Rio Doce valha mais e que sua recuperação se torne uma bandeira global.

Por fim, esclarecemos que não estamos aqui para apontar dedos e demandar, no afã do nosso sofrimento, por reparação. De certa forma, isso é o que vem acontecendo em muitas partes da Bacia do Rio Doce, o que só tem gerado sofrimento. Estamos aqui porque queremos e apostamos no diálogo como caminho, mas, para que este aconteça, é necessário, primeiro, reconhecimento e respeito com todos nós, vítimas do desastre.

Assim, assomado a todos os requerimentos aqui expressos, encerramos com um que acreditamos ser capaz de iniciar um novo capítulo da história de reparação do Rio Doce: um pedido de desculpas dos causadores do dano. Um gesto simples, ainda inexistente, a partir do qual poderemos, de fato, conversar e encontrar caminhos para a história futura do Rio Doce.

Pela reparação integral, à cura do rio.

Atravessemos as frestas.

Comitiva da Bacia do Rio Doce – Londres/UK  
Atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão  
Novembro de 2018.